REQUERIMENTO N.º , DE 2016

(Dos Srs. Zeca Dirceu e Lindomar Garçon)

Requer, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente de Acompanhamento Fiscalização dos Programas Federais, a requisição de documentos, a realização de audiências públicas, notadamente, com titulares e substitutos responsáveis pelos programas federais, visitas técnicas seguidas de mesas redondas, estados de RS, PR, SC, SP, RJ, ES, MG, GO, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PA, AM, RR. RO, AC, AP, TO, MT, MS e Distrito Federal, bem como inspeções conjuntas com o Tribunal de Contas da União-TCU. Requer ainda solicitação ao TCU de relação dos programas federais e das obras em andamento, paralisada ou em execução.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a partir dos trabalhos da Subcomissão Permanente de Acompanhamento e Fiscalização dos Programas Federais, a requisição de documentos, a realização de audiências públicas, notadamente, com titulares e substitutos responsáveis pelos programas federais, visitas técnicas seguidas de mesas redondas, nos estados de RS, PR, SC, SP, PR, MG, GO, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PA, AM, RR. RO, AC, AP, TO, MT, MS, TO e Distrito Federal, bem como inspeções conjuntas com o Tribunal de Contas da União-TC, com o intuito de garantir os trabalhos da subcomissão.

Requeremos, ainda, ao TCU a relação dos programas federais e das obras em andamento, paralisada ou em execução.

JUSTIFICATIVA

A política pública é implementada por meio de instrumentos de ação governamental.

Para propiciar o planejamento das ações de governo, a constituição de 1998 instituiu o Plano Plurianual (PPA) que estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

O PPA tem um prazo de 04 anos de duração e serve como referência para a laboração dos orçamentos da União. São nesses instrumentos de planejamento, que se configuram como leis, que é organizada a ação de governo.

No nosso arcabouço legal, o chamado Programa se consubstancia como o *lócus* da organização da ação governamental. É no Programa que são definidos os projetos e atividades necessárias para que os serviços públicos sejam ofertados à população. O Programa, portanto, é o principal instrumento de ação governamental, devendo ser organizado de forma que hajam parâmetros de medição do alcance dos seus resultados.

Nesse sentido, foi mais que pertinente a criação, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira (CFC) da Câmara dos Deputados, desta Subcomissão Permanente de Acompanhamento e Fiscalização dos Programas Federais.

Esta subcomissão justifica-se, entre outros aspectos, pela função precípua fiscalizatória do Poder Legislativo. Pela necessidade de aprimoramento dos instrumentos de avaliação das políticas públicas. Pela maior eficiência e eficácia da ação governamental e, em última instância, pela melhoria do gasto público.

Por força da aprovação do Requerimento nº 194/2016, aprovado na CFFC em 18/05/16, foi, portanto, criada a Subcomissão

Permanente de Acompanhamento e Fiscalização dos Programas Federais composta por 5 membros titulares e igual número de suplentes. O colegiado elegeu por unanimidade como Presidente o Deputado Lindomar Garçon (PRB-RO) e foi indicado para relatoria o Deputado Zeca Dirceu (PT-PR).

A subcomissão, com vistas a apresentar resultados, deve atuar de forma propositiva e promover estudos e debates.

Nesse contexto, sugerimos as seguintes atividades;

- Realização de audiências públicas principalmente para ouvir autoridades e especialistas com vistas a fazerem avaliação de programas do governo federal em andamento;
- Realização de reuniões de trabalho com entidades representativas dos temas afetos à Subcomissão;
- Visitas técnicas seguidas de mesas redondas nas unidades da Federação;
- 4) Inspeções conjuntas com o TCU;
- 5) Requisição de documentos e informações.

Pedimos, portanto, o apoio dos nobres pares ao requerimento.

Deputado Zeca Dirceu PT – PR Deputado Lindomar Garçon PRB - RO